

NEGÓCIOS INICIATIVAS OBSERVATÓRIO EY/NEGÓCIOS

Inovação tem de gerar mais produtos e serviços

As políticas públicas têm ajudado a estimular a inovação empresarial. No entanto, esta não tem gerado um número suficiente de produtos e serviços de valor acrescentado, porque há alguns problemas de financiamento.

FILIPE S. FERNANDES

As políticas públicas têm sido importantes no estímulo à inovação empresarial. Um dos exemplos do que se faz bem nesta área é o SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial), que é considerado um bom instrumento de apoio à inovação e que se mantém em vigor até 2020. Compara bem com o que se faz na Europa no campo de incentivos à inovação empresarial. Como referiu um participante, “traz um sentido de justiça porque quem consegue fazer obra é premiado com isso, e, portanto, acho que o SIFIDE é um excelente pacote”.

Este sistema junta-se ao acesso a recursos financeiros, através de fundos comunitários – Portugal 2020 e Horizonte 2020 – que são muito focados no desenvolvimento económico, na inovação, no apoio às empresas, há um ambiente favorável ao desenvolvimento da inovação. Como aconselha uma participante, “nestes pacotes cada um deve procurar as soluções que mais lhe convêm, aplicá-las de uma forma racional e mais correcta possível e procurando soluções para os seus próprios casos”.

É no domínio do financiamento da inovação que se encontram algumas dificuldades. Quanto mais ino-

vação, mais risco e uma inovação mais pesada implica prazos mais longos, o que não se resolve com o crédito bancário. A Europa e, em particular Portugal, tem um “vício”, como acentua um participante, no crédito bancário, mas a inovação tem de ter outros instrumentos de financiamento como o mercado de capitais, os capitais de risco, os business angels.

Quando mais intensiva é a inovação mais longe deve estar do crédito bancário porque um projecto de inovação com os seus rácios de balanço e de conta de resultados dificilmente acede a este instrumento de financiamento. Existem alternativas, que já têm alguma relevância, como os business angels e as capitais de risco, mas é insuficiente e seria positivo se houvesse capacidade de se atrair financiamento externo. Por outro lado, “quando os projectos inovadores são bons as soluções aparecem,

embora haja empresários que se queixam muito. Se não houver dinheiro em Portugal há em outros países” referiu um dos participantes.

Financiamento de protótipos

Um dos pontos a melhorar no sistema de inovação em Portugal é conseguir uma conversão da inovação num maior número de produtos e serviços de valor acrescentado, por isso é necessário focar os incentivos neste sentido. Até agora os financiamentos estiveram muito vocacionados para a inovação até ao desenvolvimento de uma pré-série ou de um protótipo. O dinheiro esteve menos presente na fase que implica levar esses ensaios para o mercado. É uma área que merece uma atenção pelos sistemas de incentivo, mas em que outros instrumentos financeiros são importantes para escorar os projectos.

Por isso, é necessário fazer uma maior articulação entre os apoios concedidos e os resultados obtidos em termos de produtos e serviços de valor acrescentado. “Ao longo do tempo foram dados apoios a quem não os merecia porque não resultaram em soluções inovadoras. Devia-se apoiar quem tem projectos capazes, controlar se esses projectos estão a andar e premiar de facto quem tem obra e tem capacidade para o fazer. Deve haver alguma coragem para distinguir quem cumpre e quem não o faz”, resume um participante.

Há quem saliente que Portugal tem de ter uma forte evolução na ino-



Segundo o think tank existem dificuldades no financiamento da inovação.

vação tecnológica pois é este o grande calcanhar de Aquiles porque, em termos de patentes, registam-se 15 vezes menos patentes em Portugal do que a média europeia, o que é uma grande décalage. Isto apesar de os resultados, medidos por patente, poderem não explicar tudo principalmente devido à estrutura empresarial. Há indicadores que são bons presságios como o aumento médio de preços, a melhoria na qualidade, certificação e capacitação e a inovação de processos que houve em muitos sectores de actividade. Houve alterações em termos tecnológicos com a passagem da baixa tecnologia para a média tecnologia e isso é visível nos dados das exportações, por exemplo. No entanto, o “handicap” das patentes tem de ser atenuado.

Infra-estruturas e incentivos ajudam

Em termos de balanço sobre a inovação em Portugal há aspectos que são salientados como pontos positivos. Por exemplo, hoje a infra-estrutura para o I&D em Portugal é muito razoável e não é necessário que todos tenham as mesmas coisas como a certa altura se pensou e até se fez. As empresas podem utilizar as infra-estruturas das universidades, dos centros tecnológicos e as

instituições de investigação podem recorrer a empresas e outros actores. O que existe em termos de infra-estruturas é muito positivo e não será por falta de incentivos fiscais ou por falta de infra-estruturas que não se fará a inovação. Por outro lado, referiu-se que no que concerne às políticas de educação há resultados positivos e hoje as pessoas têm muito melhor formação. Também em termos de propriedade intelectual foi referido que funciona hoje relativamente bem e não é por aqui que as coisas não andam.

Há ainda limitações à inovação nas empresas, além dos custos de contexto e das medidas restritivas que nos últimos anos foram aplicadas de uma forma cega e que não privilegiaram quem estava a fazer investimentos apropriados. Mas há outras falhas identificadas como, a título de exemplo, se referiu e que são a falta de qualificação de competências de gestão e ainda a baixa percentagem de quadros (doutorados, mestres, engenheiros) que existem nas pequenas, médias e grandes empresas e que estão sobretudo focados na inovação. Quando as empresas tiverem mais pessoas com qualidade e qualificações, Portugal pode dar um salto qualitativo na inovação e tornar-se mais competitivo. ■

Ana Brígida



A inovação também passa pelo Estado

A sociedade portuguesa deve querer um país inovador e competitivo, mas essa ambição passa não só pelas empresas, mas também pela Administração Pública.

Se o país quer ser inovador e competitivo tem de sensibilizar a sociedade portuguesa, mas sobretudo a Administração Pública para a inovação. Este aspecto não tem unicamente a ver com as actividades de incentivo, regulação e fiscalização, porque a própria actividade do Estado deve estar vocacionada para a inovação pois tem impacto na competitividade no país.

Existem alguns departamentos do Estado que têm uma relação com as empresas muito rigorosa, burocrática, esquecendo-se que tempo é dinheiro e que a oportunidade de negócio não bate duas vezes à mesma porta. A Administração Pública tem de ser mais dinâmica e mais ágil na análise dos assuntos. Como alertava um participante, “há situações que na Alemanha ou na França demoram 3 ou 4 semanas a serem despachadas e que em Portugal a decisão tarda 6 a 8 meses e a questão é que são analisados e aprovados nos mesmos moldes do que na Alemanha ou na França, portanto, não se trata de nestes países haver menos exigência do que em Portugal”.

A ênfase é colocada na desburocratização e na simplificação de processos da Administração Pública, o que é fundamental para o ambiente de negócios e inovação em Portugal, pois baixa os custos

de contexto para as empresas, porque a complexidade dos processos implica quase sempre mais custos para as empresas.

Neste campo existem dois aspectos na actuação da Administração Pública que têm grande impacto nos projectos de inovação e investimento, e que são o licenciamento e as autorizações de funcionamento. Estas duas fases, fundamentais para a viabilidade de grande número de projectos, são fonte de grande perturbação tanto no arranque do projecto como na obtenção de determinados resultados. Neste aspecto, devia-se

optar por dar um voto de confiança na empresa, evitando o excesso de burocratização.

A inovação não é só uma questão empresarial, há espaço também na máquina do Estado para as práticas de inovação. Há muitas áreas da Administração Pública, que são muito importantes, mas que se mantêm fechadas. Há espaço, por exemplo, para uma maior colaboração entre as instituições públicas e as universidades para inovar mais e terem poupanças com os custos de melhoria dos seus serviços.

No caso da saúde, os hospitais e outras entidades públicas deveriam aliar-se mais às universidades e colaborar mais com as empresas, pois às vezes podem ser plataformas muito importantes para testar novas tecnologias. Houve casos exemplares como os passaportes electrónicos e de informatização e introdução de novas tecnologias para poupança nos custos, mas também de melhorias dos serviços. A colaboração estratégica com estas instituições pode fazer com que as empresas portuguesas ganhem massa crítica que lhe permita adquirir capacidade em produtos e serviços para a exportação. Esta ligação poderia trazer ao Estado ganhos de eficiência e ter um efeito de demonstração. ■

Think tank, regra e participantes

O objectivo deste think tank é fazer o diagnóstico da situação actual em matéria de inovação em Portugal. Para que a discussão fosse mais livre e aberta adoptou-se a regra Chatham House em que tudo pode ser escrito, nada pode ser atribuído para uma maior liberdade de cada um dizer o que pensa. Neste reunião do think tank estiveram presentes António Neto da Silva, presidente da Deimos – Engenharia; Daniel Bessa, director-geral da Co-tec; Helena Garrido, directora do Negócios; João Carlos Mateus, director-geral do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo; Luís Florindo, executivo director da EY; Luís Portela, “chairman” da BIAL; Manuel Caldeira Cabral, professor da Universidade do Minho e Miguel Cruz, presidente do IAPMEI.

Existem alguns sectores do Estado que têm uma relação muito burocrática com as empresas.

Publicidade



OBSERVATÓRIO
EY | NEGÓCIOS
Inovação

COMPETITIVIDADE
INVESTIMENTO
INOVAÇÃO

O Observatório EY | Negócios arranca com um Barómetro sobre INOVAÇÃO e o respetivo Think Tank.



Para mais informações:
<http://observatorioey.negocios.pt>